

# Televisão e política no Brasil

**Gabriel Mendes**

Doutorando em Ciência Política do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e pesquisador do Doxa – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (IUPERJ).

---

Qual o papel desempenhado pela maior rede de televisão do país dentro do funcionamento da democracia brasileira? Diversos trabalhos já começaram a responder essa pergunta ao evidenciarem o tradicional posicionamento político de alinhamento da Rede Globo de Televisão e de seu principal telejornal – o hegemônico *Jornal Nacional* – com os sucessivos governos ao longo dos anos até antes da chegada de Lula e do PT à Presidência. No livro *Televisão e Política no Brasil* (versão em português de sua tese de Doutorado nos EUA), Mauro Porto continua a responder essa questão, dando contribuição relevante para a compreensão do papel político desempenhado pela televisão no Brasil. A rota escolhida pelo autor nesse trabalho é aquela em que os conteúdos televisivos são investigados à luz de seus efeitos sobre o desenvolvimento da competência dos cidadãos para o funcionamento satisfatório da democracia.

É precisamente nesse tipo de abordagem, que relaciona conteúdos de mídia, recepção e competência cidadã, que reside a maior virtude do trabalho de Porto. Qual seja, pensar o papel político da mídia dentro de um escopo abrangente, que considera que o funcionamento efetivo da democracia está atrelado à capacidade de deliberação dos cidadãos, e que essa competência depende em larga medida da maneira pela qual os cidadãos utilizam os conteúdos de mídia como atalhos para a compreensão do processo político.

Nesse sentido, o autor avança em suas linhas tentando entender quais as bases em que se dá a relação entre o que é exibido nos principais programas da Rede Globo (no caso, um telejornal – o mencionado *Jornal Nacional* – e uma novela – *Terra Nostra*) e a maneira pela qual os brasileiros fazem sentido da política. O que Porto quer salientar é que essa relação é crucial para o desenvolvimento da capacidade de deliberação política dos indivíduos, ou seja, para o exercício da democracia. É essa articulação entre competência cidadã e conteúdo de mídia que dá suporte à empreitada intelectual do autor. Portanto, trata-se de saber se a forma como a televisão apresenta as interpretações acerca dos eventos e temas políticos na sua programação interfere no processo pelo qual as pessoas compreendem e formam preferências a respeito dos assuntos públicos.

Para operacionalizar essa análise – articulando televisão, recepção, política e teoria da democracia – e verificar como o conteúdo apresentado pelos meios de comunicação de massa interfere nas práticas democráticas, Porto desenvolve dois marcos teóricos: o do “cidadão interpretante” e o das

“controvérsias interpretativas”.

O primeiro modelo está baseado na revisão da expectativa da teoria democrática de que os cidadãos sejam bem-informados e, por isso, capazes de deliberação política racional e coerente. Nesse sentido, em vez de se fiar no conceito de cidadãos bem informados tomando decisões consistentes e racionais ou, em alternativa a isso, acreditar, como sugere o modelo do cidadão racional, na existência de uma racionalidade possível com baixos níveis de informação, Porto argumenta que devemos operar com a noção de indivíduos com baixos níveis de informação, mas com acesso a atalhos (enquadramentos interpretativos, oferecidos especialmente pela mídia) que lhes permitem desenvolver preferências políticas coerentes.

O segundo modelo, por sua vez, propõe uma abordagem própria para o exame e classificação dos conteúdos de mídia. Superando considerações maniqueístas que vêem a televisão ou como um fórum aberto aos diversos atores sociais existentes, ou como uma instituição controlada por inteiro pelo Estado ou pelos grupos dominantes, o autor enxerga a TV como um espaço no qual os agentes políticos elaboram e disseminam suas interpretações a respeito dos eventos do mundo público. Nesse sentido, as emissoras podem exibir conteúdos com apenas uma (1) interpretação sobre esses eventos ou temas em questão; com mais de uma interpretação, sendo que uma delas é dominante (2); ou com mais de uma interpretação, sendo que nenhuma delas é dominante (3).

Apresentada a parte teórica que viabiliza seu esforço intelectual, Porto expõe os resultados do seu trabalho empírico: dois experimentos controlados para a análise dos efeitos da cobertura do jornal sobre a audiência e seis grupos focais para a análise da recepção do conteúdo da novela. Sua intenção é verificar se o formato e enquadramento do conteúdo da mídia afetam o processo pelo qual as pessoas interpretam o mundo da política. Objetivamente, seus achados confirmam seu pressuposto de que o número e a disposição dos enquadramentos apresentados afetam de forma significativa o processo pelo qual os espectadores fazem sentido da realidade política. Segundo os resultados encontrados pelo autor, emissões plurais oferecem mais condições para que a audiência questione enquadramentos dominantes, já que apresentam um leque mais amplo de interpretações. Por outro lado, conteúdos restritos – com apenas um enquadramento interpretativo – promovem um padrão específico de interpretação da realidade.

Isso significa dizer que a TV exerce um papel político vigoroso dentro do funcionamento da democracia ao limitar (ou não) as interpretações que circulam na sociedade. Em última análise, assegura Porto, o conteúdo de mídia recebido pela audiência é fator determinante para a qualidade da democracia no país. Trata-se, portanto, de afirmar a pluralidade de marcos interpretativos como pré-condição para o estabelecimento de uma opinião pública consistente e plural. Ou seja, como fator crucial para o funcionamento efetivo do regime democrático.

Assim, com a complementaridade da análise de conteúdo empreendida no livro, Mauro Porto nos mostra como o principal programa noticioso da Globo restringiu de forma perigosa os atalhos disponíveis para os cidadãos fazerem sentido dos assuntos públicos. No trabalho, fica evidente que o *Jornal Nacional* não contribuiu para a construção de um ambiente propício para uma melhor deliberação, pois limita os pontos de vista disponíveis na esfera pública, privilegiando as fontes oficiais daquela época e excluindo sistematicamente os pontos de vista de atores menos favorecidos – como sindicatos e membros da oposição ao governo. E, então, qual o papel da maior rede de televisão do país dentro do funcionamento da democracia brasileira?